

184 CRISE PREOCUPA GOVERNO

Executivo teme confronto de proporções imprevisíveis

O Palácio do Planalto acompanha com preocupação as articulações do Congresso contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que manteve a cassação do registro da candidatura do senador Humberto Lucena (PMDB-PB). A maior preocupação, manifestada por um ministro, é de que se abra uma nova crise entre os poderes, envolvendo o Legislativo e o Judiciário, de proporções imprevisíveis. "Não é possível que a vida nacional se torne refém de uma situação peculiar, que é fruto de puro corporativismo", afirmou o ministro.

De acordo com as avaliações do Executivo, a utilização da gráfica do Senado para imprimir material de campanha, embora considerada uma prática natural entre os parlamentares, é algo que precisa acabar. Segundo o ministro, a retaliação ao Supremo, através de uma alteração da Constituição que permita um controle do Congresso sobre decisões semelhantes, "é muito grave". Ontem, o presidente Itamar Franco, que já foi senador, evitou dar declarações sobre a crise. "Não comento problemas de outros poderes", esquivou-se.

A decisão do Congresso de contestar a sentença do STF é mais uma de diversas crises já ocorridas entre o Legislativo e o

Judiciário. Desta vez, o principal temor dos parlamentares é de que a decisão venha a criar jurisprudência para a cassação de outros 16 membros do Legislativo que, a exemplo de Lucena, utilizaram os serviços da gráfica do Senado com fins eleitorais. Os confrontos entre os dois poderes são tão antigos quanto a República, e se agravaram com a proposta de controle externo do Judiciário, lançada durante o processo de revisão constitucional, iniciada no final do ano passado.

Com o fracasso do processo revisional, contudo, a proposta de controle externo da Magistratura não prosperou. No início deste ano, houve, ainda, um confronto em torno da conversão dos salários para a URV, que colocou de um lado o Judiciário e o Legislativo e de ou-

tro o Executivo. O STF definiu que tinha a prerrogativa de fixar a data de conversão, no que foi acompanhado pelo Congresso, gerando um grave atrito com o presidente Itamar Franco. Os ministros militares apoiaram o governo e o confronto assumiu contornos de crise institucional. Com a reedição da Medida Provisória que instituiu a URV deixando clara a data para a conversão dos salários, entretanto, o impasse foi superado.

Itamar, que já foi senador, evitou dar declarações sobre a crise.